

Redefinindo a interjeição¹

Miguel Gonçalves

Universidade Católica Portuguesa – Braga

I. Estatuto da interjeição na tradição gramatical

Parafrazeando Wilkins (1992: 155), quando afirmamos que todo o fenómeno linguístico deve merecer a atenção do investigador, podemos de imediato acrescentar que a interjeição é, certamente, um dos elementos mais controversos e paradoxalmente menos tratados do conjunto do sistema linguístico, não tanto por lhe ser periférico, mas porque incorpora, quase simultaneamente, todos os interesses da linguística.

Com efeito, no conjunto das formas linguísticas que mais embaraços causa ao estudioso, encontramos, em lugar de destaque, e desde os primórdios da reflexão linguística, a interjeição. Certamente fascinados pelo problema da origem da linguagem, são muitos os autores que, à imagem de Chevalier, Blanche-Benveniste *et al.* (1964), Grevisse (1993), não resistiram à tentação de ver na interjeição onomatopáica o traço principal dum estágio primitivo da linguagem humana, ideia que ainda hoje é acolhida com simpatia mal disfarçada pelos que defendem a exclusão da interjeição do princípio “complexo e abstracto” da dupla articulação ou, o mesmo é dizer, apresentam a interjeição como a negação da própria arbitrariedade que caracteriza o signo linguístico. Nesta perspectiva, a interjeição caminha lado-a-lado, e confunde-se até, nas palavras de Martinet (1969: 40) com as demais “formes de communication confuses, inanalysées [...], pré-humaines, ou, si j’ose dire, proto-humaines” sobre as quais todas as palavras são inúteis, porque, como acrescenta Gougenheim (1962: 48, rodapé) “loin de constituer une *partie du discours* sont un mode d’expression rudimentaire, étranger au système grammatical”.

Porventura mais importante do que convocarmos outros tantos pontos de vista que, de forma mais ou menos matizada, contrariam este radicalismo teórico, importa não perder de vista que as dificuldades e o interesse que o estudo da interjeição coloca são indissociáveis e passam obrigatoriamente, antes de mais, pela sua própria definição — grito, palavra, frase? (ou nenhuma dessas coisas?) — mas sem que no entanto se esgotem nela. Com efeito, que traços fonéticos, fonológicos e prosódicos a caracterizam? Distinguir-se-á, a estes níveis, da onomatopeia? Que relações mantém com a exclamação, o vocativo e o imperativo? Até onde vai a

¹ O texto da presente comunicação corresponde, com ligeiras alterações, à versão em português de Gonçalves (2001).

interjeição e onde começa a injúria ou insulto, a praga, a imprecação, a blasfémia, os ditados e as frases feitas, etc.? Para além da entoação — traço formal interno que caracteriza a interjeição — haverá outros traços que a individualizem como por exemplo a não-flexão? E em termos externos: será a interjeição uma palavra autónoma? Desempenha alguma função específica? E qual o seu lugar dentro duma teoria dos actos de fala? Como justificar a manifesta propensão para assistirmos quotidianamente ao “nascimento” e à “morte” de novas interjeições?

Na impossibilidade de nos debruçarmos sobre a totalidade dos problemas enunciados, iremos buscar às principais dificuldades de que o gramático faz eco — *pars orationis* ou não, classe de palavras autónoma ou categoria gramatical na qual se integram também as exclamações compostas por unidades gramaticais — o leitmotiv para a presente abordagem.

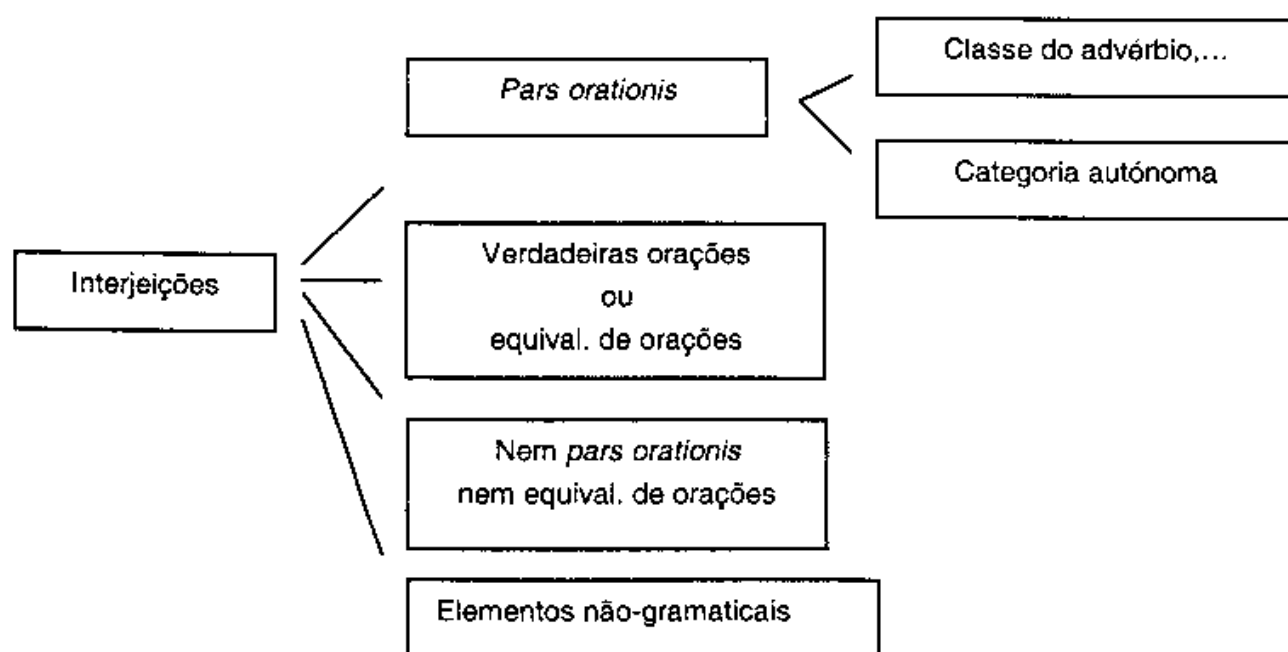


Figura 1 – O estatuto da interjeição na tradição gramatical (Gonçalves 2000)

Ora, convocando as principais opiniões que, desde a antiguidade clássica e recorrentemente, têm atravessado a tradição gramatical sobre tal estatuto², esquematicamente, podemos representá-las de acordo com a *Figura 1*.

² As conclusões apontadas por Blanch (1981: 40-41) sobre a escola gramatical espanhola, e que Pérez retoma (1990: 30-31), podem perfeitamente tornar-se extensivas à tradição gramatical em geral.

2. Hipóteses de trabalho

Que novas aportações tem trazido, entretanto, a linguística actual em geral ao assunto em questão? Se no tocante ao problema da natureza interjectiva, salvo pontuais excepções, o esquema anterior continua a ser válido, já se adivinha que tipo de contributos serão objecto da nossa atenção. Com o intuito, por ora, mais de apresentar ou esboçar modelos de que estabelecer verdadeiros confrontos (talvez o inverso fosse preferível!), e por razões óbvias, do mais recente conjunto de produções sobre este assunto³ apenas nos referiremos a Olivier (1985), Cuenca (1997), Cuenca & Hilferty (1999), Gonçalves (2000).

Com esta opção pretendemos mostrar como a partir de uma base comum, ou seja (isto é) o facto de assumirem a problemática da frase como ponto de partida para a própria definição da interjeição, e visando o mesmos objectivos, nem por isso deixam de percorrer caminhos bem diferentes: com efeito, enquanto o primeiro intenta uma categorização da interjeição aproveitando as próprias hipóteses que o quadro/esquema anterior apresenta, o segundo serve-se exactamente do conceito tradicional de frase (organização de constituintes) para romper com essa possibilidade. No primeiro caso usam-se parâmetros da linguística cognitiva e da teoria dos protótipos; no segundo fundamentalmente as possibilidades abertas pelo quadro teórico de Ducrot & Anscombe.

2.1. Aproximação cognitiva

2.1.1. A interjeição como subcategoria de nível básico fragmento

Às dificuldades e aos embaraços que o problema da categorização e classificação linguísticas da interjeição tem historicamente suscitado responderam primeiro Cuenca (1997) e depois Cuenca & Hilferty (1999) com a integração da unidade na diversidade, ou seja, compatibilizando o que sob o ponto de vista tradicional dificilmente pode ser explicado de forma satisfatória. Como?

	Sentence (2a)	Clause (2b)	Fragment (2c)
1. "subject plus predicat"	+	+	-
2. distributional autonomy	+	-	+
3. intonation unit	+	-	+
4. semantic unit	+	-	+
5. communicative unit	+	-	+

Figura 2 – Caracterização das categorias fráscas (Cuenca 1997, Cuenca & Hilferty 1999)

³ Em Gonçalves (2000) é dada uma perspectiva geral do assunto.

Deitando mão da teoria dos protótipos e do nível básico como instrumentário teórico. Com efeito, se ao esquema anterior (*Figura 1*) subtrairmos as duas últimas hipóteses (não são elementos gramaticais nem tão pouco linguísticos) as restantes resultam compatíveis, já que as interjeições, porque são invariáveis morfológica — da nossa parte não seríamos assim tão taxativos — e manifestam valores semântico-pragmáticos subjectivos, apresentam relações de semelhança de família com os advérbios; no entanto, porque se comportam como unidades máximas de sintaxe, quer dizer como orações e, por conseguinte, não como *partes orationis*, mesmo que apresentem a quase totalidade dos traços que definem aquela (frase/oração) porque não apresentam a estrutura sujeito-predicado, são porém, orações não-prototípicas.

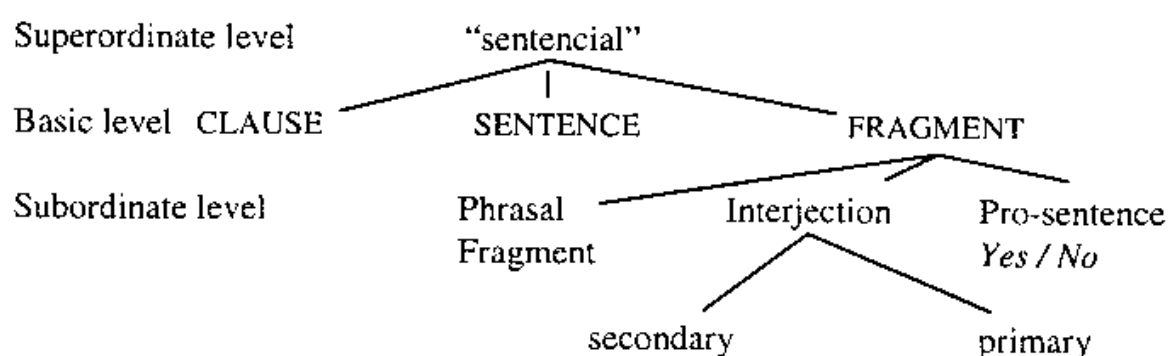


Figura 3 – A interjeição entre as categorias frásicas (Cuenca 1997, Cuenca & Hilferty 1999)

Todavia, de acordo com os traços utilizados para definir o conceito tradicional de frase (*cf. Figura 2*), podem distinguir-se três grupos dentro da (supra)categoria frásica: a frase propriamente dita (categoria prototípica), a cláusula e o fragmento (ambas categorias não prototípicas). Não sendo categoria prototípica em qual das categorias de nível básico se integrará? À semelhança de todos os equivalentes da frase que não apresentam a estrutura sintáctica de sujeito-predicado, como os fragmentos sintagmáticos, as pró-frases, etc., as interjeições constituem uma subcategoria da categoria gramatical de nível básico fragmento, conforme se esquematiza na *Figura 3*.

2.2. A interjeição no âmbito do quadro teórico de Anscombe e Ducrot

2.2.1. A interjeição como marcador de acto de predicação

- a) Une formule est un mot ou une expression spécialisée dans l'accomplissement d'un rite social langagier: merci, s'il vous plaît, bonjour, de rien, adieu, à Dieu vat,... etc. Il ne s'agit pas toujours de formules 'de politesse', bien que le code des bonnes manières soit responsable de nombre d'entre elles. Allons donc, tiens-tiens, ça alors, et comment, sont aussi des formules, de même que les jurons et les

insultes: dans ce dernier cas, le rite social qui les inspire et qu'ils font jouer n'est pas un souci de politesse, mais repose sur la violation plus ou moins explicite d'un tabou religieux ou sexuel. A bon entendeur, salut sert un rite social très particulier, et doit être considéré comme une formule. Toute expression performative dans son usage performatif doit être considéré comme une formule [...]. Par exemple Je jure de dire toute la vérité ou Je dégage toute responsabilité dans cette affaire. On sait l'importance des rites formulaires dans la civilisation occidentale, à commencer par le *ius iurandum* des Romains. Pour prêter serment, il fallait répéter mot pour mot (*iurandum*) une formule (*ius*) qui était dictée (*praeire uerbis*) [...].

b) L'énonciation d'une formule n'a pas pour but avoué d'apporter une information. Si néanmoins elle se trouve en apporter une, elle ne se présente jamais comme telle. L'expression ci-dessus A bon entendeur, salut est une formule de congé en même temps que d'avertissement. On peut certes inférer de son emploi que son auteur est mécontent. Mais en l'utilisant, on n'informe pas que l'on est mécontent: tout au plus montre-t-on sa bile. On comprend alors que les formules ne soient jamais des réponses stricto sensu à des demandes d'information, bien qu'elles puissent être répliques (par exemple des réactions d'humeur) à telles demandes.

c) Il résulte de b) qu'il n'y a pas de contenu descriptif attaché à une formule. Sa valeur d'emploi est purement d'action et ne peut, en particulier s'analyser en une force illocutoire appliquée à un contenu [...]. Dans les formules comme Salut!, A la revoyure, Nom d'une pipe, Et ta soeur, Je te raconte pas, aucune description ne fait partie des intentions présentées par l'énonciation comme étant les siennes. Ce qui n'empêche pas que l'on puisse en inférer une à l'occasion; mais alors, elle ne se trouve pas au même niveau de la description sémantico-pragmatique.

d) L'énonciation d'une formule se présente comme imposée par la situation. Sociale (les formules de politesse), juridique (Ceci est mon testament), événementielle enfin (jurons, et plus généralement interjections). Pour O. Ducrot [...], une interjection comme Aïe! se présente comme arraché à son auteur par la douleur. En disant Aïe!, je ne décris pas ma douleur, je l'esprime, je la joue en quelque sorte.

e) Enfin, les formules, telles que nous venons de tenter de les caractériser, sont l'aboutissement de processus diachroniques de figement lexical. Comme il est usuel en pareil cas, elles perdent leur caractère formulaire dès lors qu'on les soumet à des modifications morphologiques ou syntaxiques, ou même d'ordre sémantique. Par exemple la formule Je vous en prie 'De rien' ne peut se mettre au pluriel et garder son caractère formulaire, à l'inverse de l'expression performative Je vous en prie 'Je vous le demande' (Anscombe 1985a: 11-12)⁴

Après tout, c'est ainsi que nous communiquons par des phrases, même tronquées, embryonnaires, incomplètes, mais toujours par des phrases. *C'est ici, dans notre analyse, un point crucial.* (Benveniste 1974: 121)

Como se depreende pela ênfase que desde o início lhe concedemos, também para nós a problemática da frase é fulcral, pois cremos que a resposta para alguns

⁴ Em Anscombe (1985: 175-176) repete-se igualmente esta definição.

dos problemas que historicamente têm sido associados à interjeição pode ser encontrada se, exactamente, continuarmos a ter aquela por ponto de referência. Defini-la-emos a um duplo nível: por um lado, como uma organização de constituintes; por outro, como uma estrutura abstracta subjacente a um enunciado. É uma estrutura abstracta porque se trata apenas duma construção *teórica* que comporta as indicações a partir das quais o enunciado, em situação, poderá ser interpretado. A frase tem uma *significação*, mas apenas adquire propriamente *sentido* quando utilizada em situação.

Em nosso entender, a *inestabilidad de ubicación teórico-gramatical* de que fala Pérez (1990: 30) — e que quase todos os autores repetem —, resulta do facto de a problemática tradicional das classes gramaticais se apoiar (e por que não reduzir), invariavelmente, numa análise da frase em termos de constituintes morfemáticos, em que cada morfema pertence a um paradigma composto por unidades que apresentam certas propriedades em comum. Assim, quase todos os gramáticos são unânimes em reclamar que a pertença dum morfema a uma determinada classe gramatical corresponde à possibilidade dele poder ocorrer como um constituinte morfemático na frase. Ora, dada a impossibilidade de a interjeição poder funcionar como um constituinte de frase, parece compreender-se a razão, mesmo que raramente explicitada, pela qual ela não tem sido considerada uma parte do discurso independente, à imagem das restantes. Todavia, e de forma algo paradoxal, esta propriedade pode até contribuir, pelo menos em parte, para a sua definição como *categoría*. De que forma?

Em “De l'énonciation au lexique: mention, citativité, délocutivité”, e a propósito da categoria verbal introduzida por Benveniste sob a designação de verbo(s) delocutivo(s), Anscombe antes de caracterizar metalinguisticamente a noção *dizer*, propõe-se enumerar as principais características que, em termos linguísticos, individualizam as *fórmulas* das *não-fórmulas*. O texto, apesar de demasiado longo, merece ser citado (cf. *supra*). E porquê? Sobretudo porque pensamos poder considerar as interjeições como um subconjunto do que Anscombe chama de *fórmulas*. Com efeito, no processo de derivação delocutiva, a *fórmula* opõe-se ao *lexema* (*morfema lexical* na terminologia que temos vindo a utilizar) e, duma maneira mais genérica ainda, às *partes orationis* portadoras de conteúdo descritivo.

A problemática da fórmula é, certamente, uma questão de índole lexical, conclusão que será reforçada ainda pelo facto de aquela (fórmula) se distinguir através de propriedades formais particulares, como acontece com os morfemas que pertencem a uma classe gramatical.

Mas o que constitui um verdadeiro problema em relação à oposição *constituinte morfemático* (isto é: palavra) / *frase* é o facto de uma fórmula, como a que serve de base à criação de performativos, se apoiar no uso duma frase e não propriamente no uso duma palavra. As fórmulas são como que uma espécie de usos estereotipados de frases cuja cristalização não pode apresentar a integralidade das frases-tipo sobre as quais eles se apoiam. Na formação dum performativo, há uma

etapa em que é suprimida a referência explícita a certas condições de enunciação da frase inicial.

O que acabámos de dizer pode ser exemplificado a partir, mais uma vez, dum texto de Anscombe. É exactamente a propósito da delocutividade formular — ao contrário da delocutividade benvenistiana, aqui o processo consiste na passagem dum lexema a uma fórmula — que o autor de “*Marqueurs et hypermarqueurs de dérivation illocutoire: notions et problèmes*” descreve assim o verbo *supplier*:

[...] *supplier* signifiait à l'origine ‘plier, ployer’ [...], d'un verbe ancien-français *soploier*, qui a subsisté dans les mots *souple*, *souplesse*, *assouplir*. Il était d'usage, lors de la présentation d'une requête — d'une supplique, de s'agenouiller (de ‘ployer le genou’). D'où l'apparition de la formule $F_1 = \text{'Je te supplie...'}$, description du geste physique accompagnant l'acte illocutoire de requête, et dont l'énonciation servait à accomplir cette requête, de façon allusive. L'accomplissement d'un acte illocutoire I par description de l'acte physique qui l'accompagne habituellement est d'ailleurs un des grandes modes de formation des performatifs (1981: 90).

Chegados aqui, julgamos oportuno colocar uma hipótese, mesmo que para alguns resulte por demais evidente: *uma palavra não pode ter um valor de acto e, por conseguinte, nenhuma argumentação será possível a partir dela. Apenas as frases podem servir de base à realização de actos. Efectivamente, só a frase se caracteriza pela efectuação dum acto de predicação, ou seja, e de acordo com a terminologia funcionalista, só ao nível da frase podemos aplicar um predicado a um actualizador. É este acto de predicação que permite a realização de toda a espécie de actos de discurso que são, por outro lado, como objectos susceptíveis duma utilização estratégica pelo locutor.*

Uma fórmula poderá ser definida, pois, como um *marcador de acto*⁵ que remete para uma frase subjacente e que comporta não só a marca dum acto de predicação, mas também certas indicações relativas às suas condições de enunciação.

É certo que nos podem objectar que nada autoriza, *a priori*, que possamos reconstituir uma frase por trás de uma injúria. Depois, teremos ainda que justificar qual o acto de predicação que está num morfema como *canalha*, *imbecil* ou *cretino*, quando, sob o ponto de vista sintáctico, é usado isoladamente. Com efeito, o simples facto de usarmos isoladamente um *nome de qualidade* (Milner 1978) obriga à reconstituição do acto de predicação tal como ele se encontra explicitamente numa frase do tipo: *tu és um...* (cujo alocutário é designado explicitamente através dum *tu* e em que a cópula faz emergir o nome de qualidade como um atributo).

⁵ *Appelons marques les éléments de la phrase spécifiquement responsables, par décision du linguiste, de l'introduction de variables intentionnelles dans la signification [...]. Au niveau de l'énoncé, nous entendrons habituellement par marqueur un morphème rendu responsable de l'introduction d'une marque dans la phrase sous-jacente.* (Anscombe 1981: 77)
Ainda sobre a noção de frase marcada, frase não-marcada, e marcador de acto, *marque de dérivation*, *marqueur de dérivation*, etc., continue-se com Anscombe (1981: 77 e 83).

O mesmo acontece com interjeições primárias. Mesmo que elas não pareçam resultar por via derivativa, através dum uso frásico, ou seja, mesmo na ausência de provas dum processo diacrónico, podemos mesmo assim verificar que elas ocultam um acto de predicação desde que sejam afectadas por aquilo que Ducrot (1972) designa por *signification attestée*⁶.

A partir dos elementos expostos, parece ser agora mais fácil definir com precisão o conceito de frase que adoptamos: é uma estrutura abstracta que comporta na sua significação um acto de predicação que se impõe como objecto primeiro da fala, mesmo antes da eventual necessidade de transmitir uma informação. Mas a relação sintáctica máxima *actualizador* → *predicado* (SN → SV), constitutiva da frase, é apenas a manifestação mais conhecida dum acto de predicação que, por conseguinte, pode realizar-se numa forma menos explícita.

A tentativa de aproximarmos a frase e a interjeição, concretamente em termos de acto de predicação, não deve, no entanto, fazer-nos esquecer que a significação desta apenas se pode determinar referenciada à enunciação, motivo por que falámos de *significação atestada*. Não há verdadeiramente conteúdo *explícito* da interjeição: as indicações que habitualmente têm relação com a frase são aqui *atestadas* e podem ser, além disso, bastante fluidas.

Segundo Ducrot a diferença semântica fundamental entre a frase (na acepção de organização de constituintes) e a interjeição, é que esta “même si elle n’est pas arrachée par la situation réelle, se présente comme telle”; razão pela qual “[...] on peut dire que les sentiments et émotions qui constituent la signification des interjections sont des significations attestées beaucoup plus qu’exprimées”. (1972: 19)

Explicitado o entendimento que temos sobre o conceito de frase, já se adivinha que o estatuto destinado à interjeição não se encaixa no esquema anterior. Com efeito, não cremos ser adequado considerar a interjeição nem como uma *pars orationis* nem tão-pouco como um *mot-phrase* ou *phrasillon* — a interjeição parece-nos ser, antes, um *marcador de acto de predicação* (não-frásico).

2.3. Os sinais linguísticos

Partindo do facto de que a enunciação isolada de todo o morfema ou sintagma pertencente à classe dos substantivos, dos adjectivos e dos verbos no infinitivo obrigaria à restituição dum acto de predicação, dissemos que a língua é condicio-

⁶ Veja-se, em particular, cap. I (“Implicite et présupposition”: 4. ‘*Implicitation et signification attestée*’), p. 18 e, complementarmente, as páginas seguintes:

On dira qu’un fait est attesté par un acte de parole, lorsque cet acte se présente comme une des conséquences[...] de ce fait. [...] [Et si] l’emploi d’une certaine expression ait toujours pour effet d’attester un type particulier de fait, on pourra dire alors que les caractères communs à ces faits constituent la signification attestée de cette expression [par opposition à celle de signification exprimée] (sublinhado do autor).

Ainda sobre o mesmo assunto, consulte-se Ducrot & Anscombe (1981), Anscombe & Ducrot (1983) e, particularmente, Ducrot (1983).

nada pela predicção. Nesse sentido, distinguiremos dois tipos de actos de predicção: os *frásicos* e os *não-frásicos*, sendo estes designados por *sinais linguísticos* e definidos pelas seguintes propriedades.

Ao contrário da frase, o *senal linguístico* não se apresenta relacionado com uma continuidade discursiva definida. O sinal está isolado de todo o contexto que lhe dá explicitamente sentido, mas quando emerge como sinal no discurso opera uma ruptura em relação ao presente linear deste. O sinal define as suas condições de emprego de forma exacta, única. Face à historicidade do presente discursivo, somos projectados, com o sinal, no *hic et nunc*. O presente do discurso não tem a mesma representação num e noutra caso. Por isso, podemos falar de aspecto ligado à enunciação, para evidenciar a que nível se opera a diferença: estas propriedades aspectuais da frase e do sinal linguístico dizem respeito às condições de enunciação, em cada um dos (dois) casos, do acto de predicção.

À semelhança de Olivier (1985), postularemos que tais *sinais linguísticos* se repartem por três categorias, segundo a imagem que eles dão, explicitamente, da dupla instância sujeito *falantelocutor* (e conseqüentemente da do *ouvin-telalocutário*), e das condições jurídicas do acto de enunciação; designaremos estas categorias por *sinais linguísticos 'anónimos'*, *fórmulas interpessoais estereotipadas e interjeições*.

Caracterizemos, para finalizar, e por conseguinte de forma necessariamente sumária, cada uma destas categorias?

Os primeiros (*sinais linguísticos anónimos*) definem-se por se apresentarem como não subjectivos. O enunciado deste tipo de sinais não dá qualquer imagem do locutor ou do alocutário. Estes permanecem indeterminados devido ao facto do sujeito que fala não ser uma pessoa física, mas antes uma instituição, ou pessoa moral, razão pela qual a sua enunciação se realiza sobretudo através da escrita.

Os sinais *anónimos* têm conteúdos informativos que podem ser dados através de frases. Com efeito, podemos considerar estes sinais como um subgrupo de frases nominais e, apesar de não ser nossa intenção analisar aqui em detalhe o que efectivamente o distingue das outras frases nominais, adiantamos, apenas, que o acto de predicção no caso dos sinais linguísticos *anónimos* esconde um acto de fala realizado de forma marcada e dirigido a um alocutário (certamente indeterminado, mas apresentado como real) que é expressamente convidado a tirar conseqüências jurídicas (na acepção discursiva do termo) desse acto de enunciação. Nas outras frases nominais, a intenção descritiva parece prevalecer: elas são, por outro lado, menos estereotipadas e menos limitadas não só em termos lexicais, mas também quanto ao tipo de expansões que o nome pode suportar.

Os sinais linguísticos *anónimos* podem ter subjacente um vasto e variado conjunto de actos ilocutórios. Sem pretensão de exaustividade, destacaremos as seguintes: *injunções e avisos, anúncios, denominações através de etiquetas*.

Por sua vez, nas fórmulas interpessoais estereotipadas, e ao contrário do que se passa com os sinais linguísticos *anónimos*, o enunciado tem como traço característico *la mise en présence* dum locutor e dum alocutário determinados.

Finalmente, um dos fins propostos pelo enunciado interjectivo é dar uma imagem qualitativa dum elemento situacional (locutor, alocutário, processo no seu valor de evento). Este enunciado não pode ser objecto duma relação, a não ser que sejam respeitadas as condições de enunciação *hic et nunc*, tal como estas se apresentam no enunciado.

Referências

ANSCOMBRE, J.- C.

1979 "Délocutivité benvenistienne, délocutivité généralisée et performativité" *Langue Française* 42, Paris, pp. 69-84.

1981 "Marqueurs et hypermarqueurs de derivation illocutoire: notions et problèmes", *Cahiers de Linguistique Française* 3, Genève, Université de Genève, pp. 75-123.

1985 "Onomatopées, délocutivité et autres blasblas", *Revue Romane* 20/2, Copenhague, Université de Copenhague, pp.169-207.

1985a "De l'énonciation au lexique: mention, citativité, délocutivité", *Langages* 80, Paris, pp. 9-34.

ANSCOMBRE & DUCROT

1983 *L'Argumentation dans la Langue*, Bruxelles, Pierre Mardaga.

BENVENISTE, E.

1974 *Problèmes de linguistique générale* II, Paris, Gallimard.

BLANCH, Juan M. Lope

1981 "Unidades sintácticas", *Revista de Filología Española* LXI, pp. 29-63.

CHEVALIER, J.- C, BLANCHE-BENVENISTE, C. *et al.*

1964 *Grammaire Larousse du Français Contemporain*, Paris, Larousse.

CUENCA, Maria-Josep

1997 "Defining the indefinable? Interjections" (abstract), *Fifth International Cognitive Linguistics Conference*, Vrije Universiteit Amsterdam, 14-19 July.

CUENCA & HILFERTY

1999 *Introducción a la lingüística cognitiva*, Barcelona, Editorial Ariel, S. A.

Ducrot, O.

1972 *Dire et ne pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique*, Paris, Herman, Savoir.

"La valeur argumentative de la phrase interrogative", *Actes du Colloque de Pragmatique de Fribourg*, Berne-Francfort, Peter Lang, pp. 79-110.

DUCROT & ANSCOMBRE

1981 "Interrogation et argumentation", *Langue Française* 52, pp. 5-21.

GONÇALVES, Miguel

2000 *A Interjeição em Português. Contributo para uma abordagem em Semântica Discursiva*, Tese de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP;

2001 Vers une (re)définition des concepts grammaticaux: l'interjection", *SLE 2001 — LANGUAGE STUDY IN EUROPE AT THE TURN OF THE MILLENNIUM: Towards the integration of cognitive, historical and cultural approaches to language*, Leuven, Belgium, August 28-September 1, 2001 (no prelo).

- GOUGENHEIM, Georges
 1962 *Système Grammatical de la Langue Française*, Paris.
- GREVISSE, Maurice
 1993 *Le Bon Usage — Grammaire Française*, Paris, Duculot.
- MARTINET, André
 1969 *Langue et Fonction*, Paris, Gonthier-Denoël.
- MILNER, Jean-Claud
 1978 *De la Syntaxe à l'Interprétation – Quantités, Insultes, Exclamations*, Paris, Seuil.
- OLIVIER, Claudine
 1985 *Traitement Pragmatique des Interjections du Français*, Thèse de 3e cycle, Toulouse, Université de Toulouse-le-Mirail.
- PÉREZ, Ramón Almela
 1990 *Apuntes Gramaticales sobre la Interjección*, 3ª ed. corr. Y aum., Murcia, Universidade (1ª ed. 1982)
- WILKINS, David P.
 1992 "Interjections as deictics", *Journal of Pragmatics* 18/2-3, Amsterdam, North-Holland, pp.119-158.